

## PARECER JURÍDICO

### I – RELATÓRIO

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR - Administração Regional do Estado do Tocantins iniciou procedimento administrativo visando a aquisição de serviços de licenciamento de software para antivírus para o sistema informatizado do SENAR-AR/TO.

Os autos foram instruídos com os seguintes documentos:

- Solicitação de compras/serviços (R-AA11);
- Termo de referência (R-ABAA);
- Solicitações de orçamentos e Propostas Comerciais (R-ACF3, R-ACF5, R-ACF6, R-ACF7, R-ACF8, R-AD0A, R-AD0B, R-AD0C, R-AEA4, R-CFA0 e R-CFA1);
- Mapas de Preço (R-CFFC e R-CFFC);
- Requerimento de desistência/justificativa – Empresa TND Brasil Tecnologia (R-CF8F);
- Justificativa para convocação da 2ª empresa com menor preço (R-CF91);
- Inscrição do CNPJ - empresa SOCIETY INFORMATICA COMERCIAL – EIRELI (R-D00B);
- Certidão Positiva com efeitos de negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União – empresa SOCIETY INFORMATICA COMERCIAL – EIRELI (R-D1E9);
- Certificado de regularidade do FGTS - empresa SOCIETY INFORMATICA COMERCIAL – EIRELI (R-D1EB);
- Certidão Negativa de Débitos Estaduais - empresa SOCIETY INFORMATICA COMERCIAL – EIRELI (R-D1ED);
- Certidão Negativa de Débitos Municipais - empresa SOCIETY INFORMATICA COMERCIAL – EIRELI (R-D1EE);
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - empresa SOCIETY INFORMATICA COMERCIAL – EIRELI (R-D1EF);
- Contrato Social - empresa SOCIETY INFORMATICA COMERCIAL – EIRELI (R-D1EF);
- Documento Pessoal do representante da empresa SOCIETY INFORMATICA COMERCIAL – EIRELI (R-D1F2);
- Despacho - DAF com indicativo de pesquisa de preço, inexistência de fracionamento de despesas, indicação de dispensa de licitação – (R-D31D);
- Parecer Controle Interno – Diligência/Departamento de Informática (R-D673);
- Justificativa (R-D8AF) Departamento de Informática em atendimento ao Parecer CI - (R-D673);
- Parecer Controle Interno encaminhamento ao DIJUR (R-D978).

Consta no Mapa de Preço (R-CFFC) que a empresa **SOCIETY INFORMATICA COMERCIAL – EIRELI**, financeiramente, apresentou, após justificativa (R-CF91), a proposta mais vantajosa.

Assim, os autos foram enviados a esta Assessoria para verificação da legalidade e regularidade dos procedimentos adotados, com enquadramento na hipótese de dispensa de licitação, fundada no inciso I do artigo 9º do Regulamento de Licitações e Contratos - RLC do SENAR-AR/TO, a fim de se verificar a viabilidade jurídica da contratação ora pretendida.

É o relatório.

### II - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Inicialmente, deve-se salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Destarte, incumbe a essa Assessoria Jurídica prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo aferir o mérito da contratação e da discricionariedade da Administração do SENAR-AR/TO, nem mesmo analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

Convém ainda esclarecer que é dever da Entidade licitante/contratante, na fase interna, promover adequado planejamento da contratação que pretende realizar, bem como estimar o preço do objeto pretendido, através de pesquisa mercadológica, para delimitar qual será a modalidade de licitação a ser adotada e, também, para aferir a existência de recursos orçamentários para atender tal demanda, de acordo com a inteligência do art. 13 do Regulamento que rege as contratações realizadas pelo SENAR.

Nesta etapa, cabe ao SENAR-AR/TO identificar suas necessidades e tentar englobar, sempre que possível, as parcelas de um mesmo objeto e os objetos de mesma natureza que serão contratados durante o exercício financeiro, para assegurar um melhor planejamento dessas contratações para o exercício financeiro.

Analisando os autos, verifica-se que o processo está em ordem e obedece às disposições do Regulamento de Licitações e Contratos – RLC do SENAR.

Como é cediço, estabelece o art. 1º do Regulamento de Licitações e Contratos – RLC do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, que as contratações de obras, serviços, compras e alienações serão necessariamente precedidas de licitação. No entanto, o próprio regulamento reconhece a existência de exceções à regra.

Entre as exceções encontra-se a contratação direta por dispensa de licitação.

Para a contratação por dispensa é necessário que faça constar no processo, obrigatoriamente, o motivo da escolha do fornecedor e a justificativa de preço.

No caso em tela, pretende-se a contratação direta em razão do valor, com fundamento no art. 9º, inciso I, do Regulamento de Licitações e Contratos – RLC do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, *verbis*:

*“Art. 9. A licitação poderá ser dispensada:*

*I – nas contratações até os valores previstos nos incisos I, alínea “a” e II, alínea “a” do art. 6º; (...).”*

A contratação da empresa **SOCIETY INFORMATICA COMERCIAL – EIRELI**, se insere no presente contexto, uma vez que o valor da contratação pretendida é de **R\$8.641,00 (oito mil, seiscentos e quarenta e um reais)**, o qual se enquadra dentro do limite de dispensa previsto na alínea “a”, do inciso II, do art. 6º do RLC do SENAR, que é de R\$ 92.000,00 (noventa e dois mil reais).

É sabido, ademais, que a dispensa de licitação em razão do valor é consequência derivada de características existentes que tornam a licitação facultativa, conforme depreende-se das lições dos doutrinadores Sérgio Ferraz e Lúcia Valle Figueiredo: “[...] haverá dispensabilidade quando ocorrerem, concretamente, circunstâncias especiais, previstas em lei, que facultam a não-realização da licitação, que era em princípio imprescindível” (FERRAZ, *Dispensa e Inexigibilidade de Licitação*, p. 86).

Assim, tendo em vista que a empresa **SOCIETY INFORMATICA COMERCIAL – EIRELI** apresentou a melhor proposta, conforme Mapa de Preço (**R-CFFC**), entende-se haver base legal para o reconhecimento de dispensa de licitação para a contratação em epígrafe, em virtude do valor.

### III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, após análise dos autos, *s.m.j.*, esta Assessoria conclui pela possibilidade jurídica de contratação direta por dispensa de licitação, nos termos do inciso I, do artigo 9º do Regulamento de Licitações e Contratos - RLC do SENAR, em razão do valor, recomendando-se ao Departamento de Compras que, sempre possível, diligencie no sentido de ampliar a pesquisa de mercado realizada.

É como opinamos, ressalvado o juízo de mérito da Administração do SENAR-AR/TO e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise jurídica desta Assessoria.

Palmas/TO, 13 de outubro de 2022.

**LUIZ RENATO DE CAMPOS PROVENZANO**

*Assessoria Jurídica – SENAR-AR/TO*

**ORIVALDO JUNIOR DE FREITAS MIRANDA**

*Assessoria Jurídica – SENAR-AR/TO*

Documento assinado eletronicamente por:

**Luiz Renato de Campos Provenzano, Diretor(a) Jurídico**, em 13/10/22 às 17:35 \*

**Orivaldo Junior de Freitas Miranda, Analista**, em 13/10/22 às 17:36 \*

\* HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [senarto.meuping.io/autenticar](https://senarto.meuping.io/autenticar) informando o código verificador **R-DD6D** e o código CRC **BDB75830**.

